

NOTAS ECONÓMICAS 11

JOÃO SOUSA ANDRADE DEMANDE DE MONNAIE ET ÉQUILIBRE MONÉTAIRE

J. ROMERO MAGALHÃES SENTIMENTO EUROPEU E MOEDA ÚNICA

ALZIRA MARQUES / JOÃO LISBOA UTILIZAÇÃO DA TIPOLOGIA PORTERIANA NA DEFINIÇÃO ESTRATÉGICA DO SECTOR CRISTALEIRO PORTUGUÊS

MARIA ANTONINA LIMA REGIONALISATION, GLOBALISATION AND THE EMERGING WORL ECONOMY: THE WORLD TRADE ORGANIZATION, THE REGIONAL INTEGRATION AGREEMENTS AND THE EUROPEAN UNION

OCTÁVIO FIGUEIREDO GONÇALVES CONVERGÊNCIA REAL NO LONGO PRAZO DA ECONOMIA PORTUGUESA

DANIEL MURTA O MERCADO PORTUGUÊS DOS JORNAIS DESPORTIVOS

EUGÉNIA MARTA / NUNO VALÉRIO DÍVIDA EXTERNA E CRESCIMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL (1820-1914)

JOSÉ REIS O INSTITUCIONALISMO ECONÓMICO: CRÓNICA SOBRE OS SABERES DA ECONOMIA

ABEL FERNANDES ANÁLISE SUMÁRIA DO COMPORTAMENTO DA TAXA DE CÂMBIO DO ESCUDO (1960-1994)

CARLOS MATOSO FILIPE CONTRIBUINTES LÍQUIDOS, BENEFICIÁRIOS LÍQUIDOS E TROCAS INTRACOMUNITÁRIAS

DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA DE ANTÓNIO SIMÕES LOPES

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sentimento Europeu e Moeda Única



Joaquim Romero Magalhães Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

resumo

résumé / abstract

O autor refere os vários progressos e retrocessos da construção da ideia de uma Europa sem fronteiras: de um conceito que começa por se impor como força contra a conflitualidade nascida dos nacionalismos do século passado, chegou-se hoje à União Europeia assente na vontade de concretização de um desenvolvimento económico e social harmonioso, na criação de um espaço de livre circulação e na afirmação de uma identidade e cidadania europeias. Mas a Europa dos Quinze que tem vindo a preparar-se para a integração monetária vai, finalmente, enfrentar a entrada em vigor da moeda única, o euro. Para o autor, há razões de sobra para desejar o seu êxito: os benefícios económicos e sociais que dele fundamentalmente dependem e que consolidarão o processo da construção europeia.

L'auteur récapitule les progressions diverses ainsi que les régressions concernant la construction de l'idée d'une Europe sans frontières: née d'un concept qui s'impose tout d'abord en tant que rempart contre l'état (latent) de conflit né des nationalismes du siècle dernier, cette idée débouche aujourd'hui sur l'Union Européenne qui repose sur la volonté de concrétiser un développement économique et social harmonieux, sur la création d'un espace de libre circulation et sur l'affirmation d'une identité et d'une citoyenneté européennes. Néanmoins, l'Europe des Quinze qui, progressivement, s'est préparée à l'intégration monétaire, va finalement affronter l'entrée en vigueur de la monnaie unique: l'Euro. Selon l'auteur, et compte tenu des nombreux intérêts en jeu, on ne peut que lui souhaiter de vaincre ce défi: en effet, il suffit de considérer les avantages économiques et sociaux qui en dépendent fondamentalement et qui consolideront le processus de la construction européenne.

The author traces the advances and setbacks in the construction of the idea of a Europe without frontiers: from a notion originating in the conflicting nationalisms of the 19th century to the present European Union based on the promotion of harmonious economic and social development, on the establishment of the right to move freely within its territory and on the concept of an European identity and Union citizenship. The Member States have been preparing monetary union and finally, the single currency, the euro, is right ahead. According to the author much depends on its success: economic and social benefits that will strengthen European integration.



Não sei como transmitir o sentimento que experimento sempre que passo uma fronteira e não tenho de me apresentar perante controladores de passaportes nem perante guardas fiscais. Em boa parte da Europa entro e saio sem que ninguém vá obrigar-me a esperar atrás de uma linha amarela para ver se sou algum assassino procurado ou um temível agitador de ideias. Ninguém vai perguntar-me quem sou, o que faço, se transporto mercadorias perigosas como armas e drogas. Ou, talvez a mais explosiva de todas, livros. Nesses breves instantes de passagem de uma fronteira — que afinal nem parece que está lá — é como que a plenitude de mim mesmo, a sensação de ter atingido um estado absoluto de liberdade que me permite ser eu próprio na minha inteira responsabilidade. Momento fugaz, porém o suficiente para sentir uma profunda alegria por ser europeu, «ser europeu num canto qualquer de Portugal» como proclamava há mais de 50 anos o poeta Afonso Duarte em belíssimo soneto dedicado ao português-europeu que foi Paulo Quintela.

Permitam-me mais um desabafo pessoal. Algarvio que sou, até muito tarde não visitei a vizinha Ayamonte. Para que bastava atravessar o rio Guadiana. Pois. Mas era preciso passaporte e, mais ainda, visto consular... Talvez o contraste desses tempos de nacionalismos oficiais e praticados com a actual liberdade de movimentos seja o que mais me toca e já me tem mesmo comovido. Talvez isso fundamente emotivamente o meu europeísmo. Felizmente, os jovens de hoje não experimentarão essa sensação de liberdade-libertação pela comezinha passagem de uma linha convencional que as cabeças dos homens e os seus egoísmos ao longo da história foram inscrevendo nos espaços.

É evidente que os nacionalistas de todas as cores dirão que com a ausência de fronteiras bem policiadas e melhor vigiadas a sociedade corre o perigo de os criminosos escaparem à justiça. Mas é bem provável que no fundo ainda seja a imparável circulação de ideias o que realmente os aflige. E têm razão, como têm razão ao serem contra a concretização da ideia de Europa como espaço de liberdade de circulação. Liberdade de circulação que é também uma inscrição no espaço da liberdade essencial que a cultura europeia criou e desenvolveu. Que a construção da Europa procura concretizar passando dos domínios da cultura para os restantes aspectos da civilização material.

Realização cultural, materialização de um espaço continental pela paz. Esta a **Pequena Europa** a quinze (para já) que está em construção com o nosso esforço. Porque é preciso lembrar, sempre, que a decisão política que sustenta a construção europeia se destina a garantir a paz. Não a paz pela mera ausência de guerra, mas a paz pela «solidariedade de facto», alimentada por «realizações concretas», como se lê na fundadora declaração Schuman de 9 de Maio de 1950. Assim começou esta aventura sem par, assim tem continuado. E a verdade é que no espaço europeu, antes martirizado por guerras que praticamente marcavam todas as gerações, há mais de meio século que isso não acontece. Só por esses cinquenta anos de paz valeu a pena ter arriscado e valerá a pena continuar a avançar — convém recordar aos que da **Pequena Europa** têm apenas uma visão de espaço de livre-câmbio.

Europa como ideia força contra os nacionalismos. O fenómeno nacional que se desenvolve no século passado resulta inicialmente da tomada de consciência de um factor identitário inscrito no viver e no pensar das comunidades populares. É essa busca da identidade que o fenómeno nacional antes de mais exprime. Porém ao exacerbar-se e ao tornar-se sistémico, o elemento nacional devém nacionalismo. Tudo então se subordina a uma concepção de povo insuflada no interior das fronteiras. Fronteiras que deixam de ser meros símbolos de marcação da autoridade dos Estados para se tornarem em realidades sobre que se confrontam não já meros vizinhos mas inimigos. Que pela necessidade de afirmação da superioridade de cada um dos grupos torna inevitáveis os conflitos. A Europa foi um espaço em que isso se tornou especialmente grave. Vindo a desencadear guerras tremendas de que a última, pela acumulação de horrores, fez repensar tudo o que a permitira e provocara.

É contra o absurdo de uma tal conflitualidade que a ideia de Europa se vai afirmar. Sobretudo desde 1923 e da publicação do **Manifesto Pan-europeu** de Richard Nasselrode Coudenhove-Kalergi. Reformulada quase de seguida pela primeira tentativa de avançar no caminho de uma «espécie de ligação federal» europeia, por Aristide Briand em 1929.

Ideia que vai sendo enriquecida e precisada durante o conflito de 1939-1945 por muitos que começam a percebê-la como podendo servir de forte barreira ao eclodir de confrontos armados. Todavia, só depois da guerra houve condições para ser lançado um movimento suficientemente forte e atractivo para que os políticos responsáveis a ele aderissem.

Em 1948 a reunião do congresso da Haia lança as bases para a criação do Conselho da Europa. Dir-se-á que é pouco, pois o Conselho da Europa não passa de uma Assembleia Consultiva. Não sou dessa opinião. A Europa não se resume nem limita à circulação de capitais entre quinze dos Estados existentes. E se a Europa é uma forma de os cidadãos estarem e agirem em relação aos outros, o Conselho da Europa tem servido como reserva moral. E por aí torna-se central. E mantém toda a sua vitalidade pelo que é ouvido com atenção. Não por acaso, os chefes de Estado escolhem esse auditório representativo dos cidadãos europeus para fazerem passar as suas mensagens à comunidade internacional. Conselho da Europa que aprovou em 1985 a hoje indispensável Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

As coisas práticas começam depois, com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço de 1951, que tem como impulsionador Jean Monnet. E que foi o grande êxito como organização eficaz, instalando a primeira instância europeia supranacional dotada de um executivo, de um parlamento fiscalizador e de um tribunal de Justiça. Mas nem tudo são êxitos. Segue-se logo em 1954 a frustração aquando da tentativa de se criar a Comunidade Europeia de Defesa, que será um retumbante fracasso. Mais uma vez, todos os avanços e falhas resultam de uma tremenda e constante luta contra empedernidos nacionalismos. Mais fáceis e mais perto de emergirem quando está em causa a organização da defesa do que quando se trata de menos brilhantes tarefas como a da programada produção do carvão e do aço. Realização concreta e real e não produto retórico.

O êxito virá outra vez com o Euratom e com a Comunidade Económica Europeia, criados pelo Tratado de Roma de 1957. Novos campos de acção integrada, novas instituições e novos procedimentos para se formar a opinião comum e de tomada de decisões. Exercícios imaginativos para pôr a funcionar uma nova estrutura comunitária. Seis países tinham iniciado a caminhada. Outros deveriam juntar-se. O Reino Unido, a República da Irlanda, a Dinamarca em 1971, a Grécia em 1979, Portugal e a Espanha em 1985, a Áustria, a Suécia e a Finlândia em 1994. Alargamento no espaço, multiplicação das dificuldades. Ainda assim a **Pequena Europa** dos Quinze está longe de cobrir a **Grande Europa** geográfica do Atlântico aos Urais.

Postos perante cada novo desafio, os membros da Comunidade ensaiam soluções que lhes permitam encontrar uma nova resposta articulada e coerente. Que desencadeia novos avanços numa interessante dialéctica. Com bloqueios internos e saídas para o enriquecimento institucional da integração. Que se sabe que hão-de ocorrer. Por efeito mesmo do êxito anteriormente obtido. Num quadro internacional conhecido e de evolução previsível. A que se vieram juntar em 1979 dois preciosos instrumentos políticos: a eleição do parlamento europeu por sufrágio universal e a criação do Sistema Monetário Europeu.

Com tudo isto, a **Pequena Europa** comunitária foi-se afirmando como um espaço democrático rico. Com que contrastava o dramático empobrecimento da **Outra Europa**, a central e de leste, submetidas ao imperialismo soviético. Contraste insuportável. Demasiado violento, não havia como escondê-lo. O próprio presidente Mikail Gorbachev propõe que a União Soviética passe a integrar a Casa Comum Europeia, antes tão denegrida como espaço de realização capitalista. Aproximava-se o grande desabamento. E foi, em 1989, a implosão da União Soviética. E agora a **Pequena Europa** solidária vê-se perante a dificuldade de escolher entre o aprofundamento da integração e o alargamento do número de países membros. Como se as opções fossem antinómicas...





Por dever de solidariedade não podem ficar de fora da construção comunitária países profundamente implicados na formação cultural europeia. Mas por outro lado, as diferenças de nível de desenvolvimento económico e social implicam ajudas de elevadíssimo montante que exigem gastos muito mais elevados do que os actuais, obrigando assim a uma mais pesada contribuição dos Estados-membros. Em caso de alargamento. O que pode fazer perigar os equilíbrios existentes. O estatuto de associação e a figura da pré-adesão para já amenizam a dificuldade. Mas não a resolvem. Está ainda por saber se a obrigação moral de solidariedade se imporá ou se o egoísmo dos membros actuais lhe porá fim. Seja como for, a crise espreita. Soluções terão de ser encontradas. A história da construção europeia diz que nada se resolve sem crises. E sem os imaginativos exercícios de inovação para retomar uma posição de equilíbrio.

É com uma crise política latente, que já deu alguns sinais claros a propósito da constituição da Comissão Europeia aquando da Conferência Intergovernamental, que vai ser preciso avançar com a criação da moeda única. É essa a preocupação maior dos últimos anos, embora tenha começado a manifestar-se em 1968 e só se tenha instalado numa posição central ao longo dos anos 80. Mas depois do Tratado de Maastricht e das suas sequelas passou a apagar quase todos os outros grandes escolhos da integração.

Só em 1969 as primeiras e muito tímidas decisões sobre solidariedade monetária foram tomadas. Data daí o Plano Werner que equacionou a questão pela primeira vez. Em 1970 os bancos centrais serão chamados a cooperar entre eles. E logo os fantasmas agitando os perigos federativos se fizeram ouvir: «Alguns falam de moeda europeia, o que é sempre desvanecedor, mas isso suporia um governo responsável por ela» —afirmação de Maurice Couve de Murville, um gaullista sem sombra de pecado. E temeroso de qualquer construção comunitária que ousasse ir além da Europa das Pátrias.

O Plano Werner—nome do ministro luxemburguês que presidia à comissão que estudava o assunto em 1968— com prudência apontava 1980, a doze anos de distância, para se encontrarem reunidas as condições indispensáveis, com a convertibilidade total e irreversível das moedas dos países-membros. Alguns pensavam mesmo que política e psicologicamente se podia então chegar à «moeda única», como já então se dizia. Estamos, pois, atrasados quase dezoito anos em relação às primeiras previsões.

Mas nesta matéria nada é fácil nem pode ser decidido rapidamente. Porque também é preciso harmonizar fiscalidades, políticas conjunturais, políticas orçamentais e de tesouraria, políticas de crédito, estabelecer regras para o saudável funcionamento dos mercados financeiros. E algumas políticas mais. Políticas que podem não ser unitárias, mas tem forçosamente de ser coerentes com o objectivo geral. E de implicar deliberações e acções convergentes.

Fosse como fosse, se se prosseguia um caminho para atingir a moeda única as políticas económicas tinham de convergir estreitamente. Ora, transferir parcelas de soberania é sempre difícil. No entanto, os primeiros anos Setenta marcam o início de uma preparação técnica acrescida nestes domínios, pois que a desvalorização do dólar de 1973 e os choques petrolíferos de 1973 e 1979 a tornaram mais necessária ainda. Em 1972 é criada a Serpente Monetária e em 1973 o Fundo Europeu de Cooperação Monetária. O Sistema Monetário Europeu iniciar-se-á em 1979. Grandes avanços, mas quase só técnicos. Outros problemas, e sobretudo o fim de um ciclo excepcionalmente longo de crescimento, tinham de ser resolvidos. Os governos iniciam os terríveis anos de «austeridade».

Quanto à vontade política, houve que esperar por 1988 e pela criação do Comité Delors sobre a União Económica e Monetária, cujo relatório não tardou a ser aprovado em Madrid, em 1989. Acentuava-se a aceleração com vista à concretização da moeda única. A que a criação da União Europeia pelo Tratado de Maastricht de 1992 veio atribuir um carácter quase imperativo. Quando não mesmo de fatalidade. A tormenta monetária do Verão de 1993, com a especulação sobre as moedas europeias, provocou uma enorme perturbação. Que veio mostrar que o equilíbrio entre as várias moedas não estava a ser devidamente apreciado. E que a vida financeira da União

Europeia era demasiado vulnerável. Os especuladores, os americanos, os dragões asiáticos para quem a união monetária é inconveniente rejubilaram. O que tornou mais urgente avançar para a criação da moeda única. Como sempre, para os optimistas era mesmo altura de avançar. Assim foi. E aqui estamos, perto de um acontecimento ímpar na História do Mundo. Cerca de uma dúzia de Estados vão conscientemente abandonar as suas moedas para apostarem numa só comum para todos.

Projecto e concretizações que lentamente germinaram e se impuseram, nem por isso a união monetária foi alguma vez considerada fácil e rápida. É mesmo um meio por alguns considerado como brutal para fazer avançar a integração económica e política. Vê-se bem como as exigências de concertadas e restritivas políticas económicas e sociais têm provocado enormes descontentamento e posto em causa a própria construção europeia.

Os pressupostos e as condições de execução que devem estar previamente garantidos são muitos. Sobretudo com a necessidade de fazer convergir as políticas económicas dos Estados membros, com os riscos das conjunturas políticas internas serem desfavoráveis à adopção de medidas impopulares. Mas este é o caminho que tem vindo a ser andado.

Será que a moeda única europeia vai ser um êxito? Não cabe ao historiador o papel de profeta. Tudo se encontra ainda em aberto. Em política, e esta é uma questão sobremaneira política embora com importantes suportes técnicos, tudo pode acontecer. Lembre-se o desastre da Comunidade Europeia de Defesa, em 1954, propositadamente referido há pouco. Nesse ano cinco dos seis países interessados tinham já aprovado o tratado que a instituiu. Faltava ainda um, que o reprovou. E tudo voltou ao ponto de partida.

Também hoje nada pode ser dado por adquirido. Mas os esforços feitos nestes últimos anos pelos países-membros e o recente volte-face inglês de quem não quer perder a jogada permitem aos optimistas esperar que dê certo. E justifica que se faça o possível para que assim aconteça. A contenção do défice público e sobretudo a baixa da inflação são sempre desejáveis. Com ou sem moeda única. Com a moeda única irão permitir, no entanto, que as projecções para o emprego subam e dêem certas. Se assim acontecer mesmo, então vai dar certo. Porque sem a questão do emprego resolvida mal nos haveremos.

Por mim, prometo continuar a maravilhar-me com a liberdade. Continuarei a comover-me ao percorrer longas distâncias em vários países sem que ninguém me pergunte quem sou, o que faço, onde resido, o que transporto na bagagem... Isso é também a liberdade. Isto a Europa. Isso um avanço enorme da cidadania em relação ao abrigado confinamento atrás de fronteiras que há uns anos a maior parte dos Portugueses só podia imaginar vir a passar... a salto.

